

ÉTICA E SUSTENTABILIDADE: BASES TEÓRICAS DA RELAÇÃO ENTRE SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Heliel Gomes de Carvalho

Sandro Dutra e Silva

Palavras-Chave: Ética; meio ambiente; sociedade; sustentabilidade

Introdução

Trabalha-se neste artigo a visão de vários autores nas diferentes áreas da economia, da sociedade e da ética aplicando tais conhecimentos ao ideal da sustentabilidade. Quanto à relação da economia e ecologia utiliza-se do escrito de Montibeller Filho: As teorias clássicas do desenvolvimento econômico examinadas sob a ótica ecológica. Filho discute as concepções ricardiana, schumpeteriana e marxista tradicionais do desenvolvimento capitalista (MONTIBELLER FILHO, 2001). Quanto à análise da sociedade fundamenta-se nos textos de Krishan Kumar: Da sociedade pós-industrial à pós-moderna onde as novas teorias sobre o mundo contemporâneo são apresentadas (KUMAR, 1997); do analista da cultura contemporânea e da pós-modernidade Fredric Jameson: Pós-modernismo: a lógica cultura do capitalismo tardio (JAMESON, 2002) em que analisa a historicidade da modernidade. Jameson aborda como assunto principal a transição da política radical da luta de classes, tendo como ponto de partida, o período anterior a primeira guerra mundial até o final do século XX, e do Doutor em comunicação, André Parente: A última versão da realidade (PARENTE, 2002). Para a análise da ética e da sustentabilidade são abordados os autores e textos seguintes: Roberto P. Guimarães: A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento (GUIMARÃES, 2001); Ignacy Sachs: Barricadas de ontem, campos de futuro (SACHS, 2010). Outros autores poderão ser citados na pesquisa visando complementar a fundamentação teórica do trabalho.

Desenvolvimento

Economia e ecologia

A sociedade contemporânea adveio historicamente da união de diversos fatores sociais, políticos e científicos com seu maior impulso a partir da Primeira, Segunda e Terceira Revolução Industrial. A Primeira acontece com a utilidade do carvão e da máquina a

vapor (1780-1830). A Segunda (1850-1870) com a descoberta da energia e a Terceira (1970-) com o acúmulo da informação (JAMESON, 2002). Paralelamente à Terceira Revolução Industrial inicia a discussão da sustentabilidade a partir da Conferência ONU sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo (1972). Nas décadas anteriores eram desenvolvidas as teorias “desenvolvimentistas”, com a preocupação com o crescimento econômico, fundamentado no capitalismo e seu “imperativo sistêmico da obtenção do lucro”. Toda conjuntura era movimentada ao mesmo tempo devido ao que Hobsbawm (2001) denomina de “décadas [1970-1980] de crise universal ou global”. O colapso dos regimes comunistas “[...] produziu uma enorme zona de incerteza política, instabilidade, caos e guerra civil” (HOBBSAWM, 2001, p 11). Iniciava-se, então, um movimento em favor da ecologia ainda sem força para confrontar os modelos vigentes (MONTIBELLER FILHO, 2001). O capitalismo estava sendo confrontado e as teorias clássicas do desenvolvimento econômico foram inseridas na discussão. As reflexões dos economistas Joseph Schumpeter (1883-1950) e David Ricardo (1772-1823) começam a ganhar força com suas teses sobre a teoria do valor do trabalho, distribuição e da relação entre lucro e trabalho. Ricardo não chega a incorporar a dimensão ecológica em suas teorias. A tecnologia é vista como o fator impulsionador da produção, ainda que sujeita a “rendimentos e possibilidades declinantes” e a natureza era vista como meio a ser explorado (MONTIBELLER FILHO, 2001). Em Schumpeter tem-se o limite para a dinâmica capitalista, com sua ênfase nas inovações, que conduziria a uma exploração ilimitada dos recursos naturais. A crítica decorre a partir do enfoque no crescimento, mas não no desenvolvimento. Esse dado ajuda a questionar o tipo de modelo econômico e especialmente catapultar a sociedade a trabalhar a partir da sustentabilidade social e ambiental (MONTIBELLER FILHO, 2001). Para Harvey: “O capitalismo é tecnologicamente dinâmico por necessidade, por existir sob o imperativo de ‘renovar-se ou morrer’” (HARVEY, apud, MONTIBELLER FILHO, 2001, p. 75). Tal sistema gera a consequência social da competição, pois avança adotando novas tecnologias e naturalmente criando a lógica de mercados cada vez mais competitivos. Há o ganho da produtividade e naturalmente maior oferta de produtos no mercado. A consequência se dá na redução do preço do produto e um maior poder de consumo da população o que implica em uma maior exploração do meio ambiente. Para contrapor tal lógica, a economia ambiental trabalha calcado na perspectiva do desenvolvimento sustentável

(MONTIBELLER FILHO, 2001). Antes, porém, faz-se necessário perceber o desdobramento histórico do período estudado.

Sociedade pós-moderna e desenvolvimento

Partindo das teorias acima, com seus movimentos históricos, a sociedade foi conduzida ao que se denominou A Era da Informação. Naisbitt resume esta era ao escrever em *Megatendências*: “A tecnologia do computador é para a era da informação o que a mecanização foi para a Revolução Industrial” (KUMAN, 1997, p. 21). A convergência do computador aliado às telecomunicações está sendo capaz de criar uma economia global. Tende a acabar com a imprecisão da informação, pois a compartilha-las de forma instantânea pelo planeta. Nesse sentido há um aumento do conhecimento quantitativo, mas também qualitativo: A era da mídia desmassificada. As categorias tempo e espaço ganham um significado radicalmente novo. Essa sociedade, com seu valor no conhecimento, e não no trabalho, tem gerado mudanças nos aspectos mais fundamentais da sociedade (KUMAN, 1997). Apesar dos diferentes posicionamentos diante do fenômeno, alguns teóricos, como Toffler (1981, p. 2,3), acreditam que essa civilização emergente pode ser “[...] mais sã, sensível e sustentável, mais decente e mais democrática do que tudo que até agora conhecemos”. Nesse modelo, nenhum ditador sobreviverá por muito tempo. É possível que se tenha uma sociedade sem classes, sem poder dominante tendo como núcleo as comunidades voluntárias. Uma sociedade virtual no que diz respeito a pagamentos, transações monetárias, processadores de textos, reservas de hotéis, dentre outros, um modo de viver on-line (KUMAN, 1997). O estilo de vida será radicalmente alterado, para melhor ou para pior, exatamente, como ocorreu nas revoluções anteriores. A crítica quanto à sociedade de informação se dá no que concerne à limitada perspectiva histórica dos mesmos. E mais, dizem que a mesma não implantou nenhum princípio ou direção fundamentalmente novos na sociedade. A abundância da informação não significa cultivo de uma sabedoria em sua utilização nas relações vivenciais. A questão é saber até que ponto tal dado afetará a sociedade de maneira profunda. O fato permanece, mudanças estão se processando na mídia, nas relações públicas e em toda sociedade (KUMAR, 1997). Para Jameson (2002), o pensamento denominado pós-moderno pode ser sinônimo de modernismo tardio. A crença é: toda cultura é prisioneira de um determinado tempo, contudo, pensar a sociedade pós-moderna torna-se difícil visto que é preciso pensá-la historicamente numa sociedade que

esqueceu como pensar assim, devido a sua “surdez histórica”. Desta forma, uma sociedade sem enraizamento histórico fica a vontade no dia a dia, parte do seu cotidiano, ela torna-se a “Sociedade do espetáculo”, do pastiche, do simulacro, da ausência do tempo e da diminuição do espaço. Assim a sociedade ultrapassa o meramente estético ou artístico chegando à economia ainda que recatalogando-a sob um novo título. Para Jameson (2002, p. 18), esse recatalogar ou transcodificar visa atingir a função ativa, ética e política de tais neologismos é propor uma nova tarefa: a de reescrever todas as coisas familiares em novos termos e assim propor modificações, novas perspectivas ideais, um reembaralhamento de valores e de sentimentos canônicos. Percebe-se a sociedade em uma encruzilhada, período de oportunidades e perigos. O perigo é “reescrever” uma ética, sem o fundamento histórico que seja uma antítese a ética da sustentabilidade, da promoção da vida. Por outro lado, tal sociedade tem a grande oportunidade de rever os valores éticos vivenciados e reconfigurá-los a partir de uma ética que seja sustentável, que contemple a família, o estado, a cultura, a sociedade e o meio ambiente.

Por uma nova ética

A partir daqui faz-se necessário repensar os fundamentos teóricos visando buscar uma ética que corrobore com a promoção da vida no planeta. Desde o início do século passado, segundo Franco e Drummond (2005), importantes personagens da vida pública brasileira trabalhavam a necessidade de uma integração maior entre o homem e o mundo natural. Ideal que deveria acontecer pela educação, que ensinasse o uso “racional dos recursos naturais, bem como a formação de valores éticos que ensinassem o respeito e o amor pela natureza.” (SAMPAIO, apud, FRANCO e DRUMMOND, 2005, p. 149). A sociedade pós-moderna, aborda a necessidade de uma “espécie de princípio de realidade dos novos tempos” (PARENTE, 1997, p. 101), que necessita de uma ética com um olhar mais amplo para a situação atual e que contemple os componentes da sustentabilidade (GUIMARÃES, 2001, p. 43). Leff e Silva, seguem na mesma direção (LEFF, 2001, p. 09, 179; SILVA, 2012). Diegues traz a lume a citação de Leopold (1949) que se encaixa dentro desse contexto. “Toda ética se baseia numa só premissa: que o indivíduo é membro de uma comunidade com partes interdependentes” (DIEGUES, 1998, p. 32). Tal princípio reforça a ênfase da sustentabilidade como uma perspectiva ecológica, mas também a dimensão social, econômica, cultural, espacial, espiritual e cultural, dentre outras ênfases (SACHS, 2008; CUNHA e GUERRA, 2012; CAPRA, 1996; RATTNER,

2001; BOFF, 2006). Em resumo, tal crise, gerada pela: revolução dos padrões de produção e de consumo; desconexão com necessidades biológicas; Alienação e desrespeito com os sócios da natureza, dentre outros fatores, gerou, o que é denominado expressão de falência. Decorre, desse processo, a necessidade de uma ética da sustentabilidade de caráter global, visto que a sociedade pós-moderna vive o esgotamento de um estilo de desenvolvimento; num sistema ecologicamente depredador; socialmente perverso; politicamente injusto; culturalmente alienado e eticamente repulsivo (GUIMARÃES, 2001).

A Ética da sustentabilidade

A sociedade contemporânea reclama uma ética apoiada nos princípios da sustentabilidade. Para Pietrafesa “o desenvolvimento sustentável é a produção de energia (o que mantém os seres vivos em pé) para satisfação das necessidades do presente com resiliência (capacidade de se recompor)”. Ao tratar de ética aplica-se o seguinte conceito: A afirmação de valores pela ética está vinculada á ideia de limites. Se não houvesse limite para as nossas ações, nossas condutas, nossas intervenções, nossos poderes, nós não precisaríamos de ética [...] (BARTHOLO; RIBEIRO; BITTENCOURT, 2002, p. 6,14). Para Albert Schweitzer a “ética é a responsabilidade ilimitada por tudo o que existe e vive” (BOFF, 2006). “A partir da perspectiva ética, as mudanças nos valores e nos comportamentos dos indivíduos aparecem como o princípio fundamental para alcançar a sustentabilidade” (Leff, 1999, p. 123; BARTHOLO; RIBEIRO; BITTENCOURT, 2002, p. 6). A sociedade atual se instala no consumismo, na velocidade e na efemeridade de aquisições e experiências. A nova ética demonstra que “os objetivos econômicos do progresso estão subordinados às leis de funcionamento dos sistemas naturais e aos critérios de respeito à dignidade humana e de melhoria de qualidade de vida das pessoas” (GUIMARÃES, 2001, p. 55). Isso significa que a economia não é um fim em si mesmo e o ser humano tem seu valor e dignidade constituindo-se o centro e a razão do processo de tal desenvolvimento. A sustentabilidade visa trabalhar para a qualidade de vida das pessoas e a preservação da biodiversidade e da diversidade cultural. Os símbolos de identidade precisam ser mantidos, e, não somente isto, mas também reproduzidos nas gerações futuras, as minorias preservadas através de políticas de educação bilíngue, demarcação e autonomia territorial, religiosidade e saúde

comunitária. A conservação agrícola, a diversidade de espécies e variedades agrícolas precisam ser valorizadas ao invés do domínio absoluto da monocultura. A nova ética tem um caráter holístico. (GUIMARÃES, 2001). No aspecto social e político tal ética reclama a “promoção de mudanças qualitativas no bem-estar do ser humano” unindo a esta à integridade do ecossistema do planeta. Ampliando a cobertura de “políticas globais de educação, saúde, habitação e seguridade social.” Atingindo a igualdade de gênero, de tal forma, que a mulher tenha sua cidadania econômica (Mercado), política (voto), social (bem-estar) como um valor acima das considerações econômicas. O fundamento de tal sustentabilidade se dá no aprofundamento da democracia e da construção da cidadania, de tal forma que “salvaguarda valores e práticas de justiça social, equidade, e incorpora defesa de direitos da cidadania”, além de quebrar a “lógica da acumulação capitalista” oportunizando a oferta, e bens comuns indispensáveis (GUIMARÃES, 2001, p. 58). Concluindo, Guimarães aponta cinco pilares para ética da sustentabilidade. Um novo estilo de desenvolvimento que seja: 1) Socialmente sustentável (justo), trabalhando para reduzir a pobreza e desigualdades sociais promovendo a justiça e a equidade e diminuindo o abismo entre ricos e pobres; 2) Culturalmente sustentável (diverso) conservando os sistemas de valores, práticas e símbolos de identidade que apesar de sua reatualização permanente mantém a identidade e a integração nacional através dos tempos; 3) Politicamente sustentável (viável), no aprofundamento da democracia que garanta o acesso e participação de todos nas decisões de ordem pública com um olhar para a zona rural e urbana; 4) Ambientalmente ou ecologicamente sustentável (equilibrado), possibilitando o acesso aos recursos naturais, preservação da biodiversidade e limitação do consumo; 5) Economicamente sustentável (viável), na capacidade da produção que leva em conta o meio ambiente e a distribuição e utilização equitativa das riquezas. Com o nascimento e incremento da nova ética, do desenvolvimento, pretende-se que o respeito à dignidade humana e a qualidade de vida das pessoas, e aos sistemas naturais, sejam colocados acima dos objetivos econômicos (GUIMARÃES, 2001, p. 55; LEFF, 2001; SACHS, 2008). Em suma a ética da sustentabilidade procura atingir de maneira holística o ser humano em suas necessidades fundamentais. Juntamente com este faz-se necessário perceber o aspecto transcendental do indivíduo e naturalmente o cuidado resiliente com o planeta terra, morada e sustentadora das necessidades básicas do ser humano.

Considerações Finais

As sociedades são culturalmente moldadas de tempos em tempos. Suas percepções e valores alteram com o decorrer da história. Entender como a sociedade se comporta, interpretar seu ethos e propor possíveis passos para redimensioná-los constitui-se tarefa dos pesquisadores, visando contribuir para uma forma de vida sustentável na mais ampla concepção do termo. Assim, neste artigo objetivou-se mostrar, o que Pires percebeu de forma clara, os problemas ambientais da atualidade são decorrentes do crescimento econômico, respaldado em uma ciência e em uma técnica, que privilegia o lucro em detrimento da preservação, o capital vis-à-vis o trabalho, o econômico em relação ao social, o poder frente a ética. Por isso, talvez, venha ampliando-se paulatinamente o enfoque sociológico sobre as interfaces entre meio ambiente e desenvolvimento (PIRES, in DUARTE e BRAGA (Orgs.) et al., 1998, p. 64). Fica aos pesquisadores o desafio de continuarem trabalhando para propor caminhos que conduzam a humanidade a um saber que envolva o relacionamento do ser humano com o meio ambiente, com a cultura e o transcendental, além de uma distribuição social justa. Desta forma, faz-se necessário buscar através de diferentes ferramentas, as abordagens peculiares de cada área do saber num projeto interdisciplinar, holístico e que considere as cosmovisões subjacentes em cada grupo social, sem deixar de lado o ambiente em que vivem. Para efeitos de compreensão e praticabilidade desses processos, é necessário diferenciá-los, pois cada um deles envolve diferentes estratégias de produção teórica, de abordagem dos problemas complexos, de investigação participativa e de construção coletiva de conhecimentos através do intercâmbio de saberes, assim como da hibridização de sabedorias e conhecimentos, cosmovisões e paradigmas científicos (Leff, in: PHILIPPI JR., 2000, p. 36, 37). Além da pesquisa, faz-se necessário uma nova ética, que promova a vida e alcance todos os seres vivos; que pautem na sustentabilidade; que leve em conta, o aspecto social, cultural, ecológico, político, religioso e econômico, ou seja, os múltiplos aspectos do desenvolvimento, em detrimento de avaliar uma nação somente pelo crescimento econômico e conseqüente capacidade de consumo.

Referências

ARMANI, Domingos. Sustentabilidade: do que se trata, afinal? Rio Grande do Sul: Unisinos, 2002. Mimeografado.

BARTHOLO, Roberto; RIBEIRO, Heloisa e BITTENCOURT, José. Ética e Sustentabilidade. Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editorias, 2002.

BOFF, Leonardo. In: Caderno de debate e sustentabilidade – agenda 21. Ética e sustentabilidade. Ministério do Meio Ambiente Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável Coordenação da Agenda 21, 2006. site: www.mma.gov.br/agenda21.

CAPRA, Fritjof. A teia da Vida: Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix, 1996.

CUNHA, Sandra Baptista e GUERRA, Antônio José Teixeira. A questão Ambiental: Diferentes Abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand, 2012.

DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: 1998.

DUARTE, L. M. G. & BRAGA, M. L. S. (orgs.). Tristes cerrados. Sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998.

HOBBSAWM, Eric, in: ARRIGI, Giovanni e SILVER, Beverly. Caos e governabilidade no moderno sistema mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, UFRJ, 2001.

FRANCO, José Luiz de Andrade e DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio. Um Botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. Varia História, no 33, janeiro, 2005.

GUIMARÃES, Roberto p. (org.). O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

JAMESON, Fredric. Pós-modernismo: A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 2002.

KUMAN, Krishan. Da sociedade pós-industrial à pós-Moderna: Novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.

LEFF, Enrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In REIGOTA, Marcos (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p.111-129.

_____. Saber ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

LYOTARD, Jean François. O inumano. Lisboa: Estampa, 1989.

MONTIBELLER FILHO, G. As teorias clássicas do desenvolvimento econômico examinadas sob a ótica ecológica. In _____ o mito do desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadores. Santa Catarina: UFSC, 2001.

PARENTE, In: FERREIRA, Leila da Costa (org.). A sociologia do Horizonte do Século XXI, São Paulo: Boitempo editoria, 1997.

PIETRAFESA, José Paulo; AGRICOLA, Josie Melissa Acelo; SAUER, Sérgio. Agroindústria canavieira no estado de Goiás: ocupação de novos espaços em áreas de Cerrado. 2009. In: http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2162&Itemid=229.

RATTNER, Henrique. Sustentabilidade revisitada. 2001. Disponível em: <<http://www.lead.org.br/article/articleview/186/1/97/>>. Acesso em: 20 ago. 2004.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

_____. Barricadas de ontem, campos de futuro. In: Estudos Avançados 68. Universidade de São Paulo. Vol. 24. Jan-abr, 2010, p. 25-38.

SILVA, Mariana, In: www.ultimato.com.br/revista/artigos/334/crise-civilizatoria.

VEIGA, José Eli da. Indicadores da sustentabilidade. In: Estudos avançados 68. Revista do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). Vol. 24, no 68. Jan-Abr, 2010. p. 3-52.